

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Final infeliz

A atitude do presidente Sarney, depois de a Comissão de Sistematização ter decidido reduzir para quatro anos seu mandato, caracteriza-se simultaneamente pelo respeito democrático às determinações de uma instância soberana e pela retaliação política rasteira; pelas declarações de que, agora, trata-se de dar atenção plena às prioridades administrativas do governo e pela generosidade em conceder subsídios encobertos a empresas em má situação econômica; pela reiteração das promessas de austeridade pública e pela insistência em construir a ferrovia Norte-Sul.

Haveria certa lógica em esperar que, uma vez fixada a duração de seu mandato, o presidente contasse com um grau de autonomia razoável para implantar medidas corajosas no campo econômico. Não teria por que temer o encaminhamento de programas certamente impopulares, mas inadiáveis diante da ameaça de uma explosão inflacionária. As últimas decisões do Planalto frustram duramente essa expectativa. O clima assemelha-se ao de um fim de festa: há tanto de decadência quanto de avidez, de esgotamento quanto de descontrole, de inércia quanto de desperdício. As decisões do CMN esta semana; a emocionada insistência numa ferrovia dispendiosa e não prioritária; o impulso diminuto das retaliações contra alguns funcionários indicados por quem apoiara os quatro anos de mandato, tudo compõe claramente um quadro de penúria administrativa, de falta de perspectivas a longo prazo e de manipulação personalista do poder.

Acrescenta-se a isto um inadmissível exemplo da desmoralização que orienta o traço dos recursos públicos no país. O Instituto do Açúcar e do Alcool — já

se perderam na burocracia e no desinteresse governamental os antigos projetos de extinguir esse reduto de intervencionismo e incompetência— decidiu permitir que seis usinas de açúcar negociem diretamente com o exterior, abandonando o monopólio estatal para as exportações. Aparentemente, a medida teria um conteúdo desestatizante. Exceto por alguns detalhes, e estes são decisivos: em caso de prejuízo nas operações, o governo garante cobertura integral às empresas em questão. Dispõe-se, também, a responder por 90% dos custos de armazenagem e de transporte até o porto. Mais uma vez, o que se tem é uma política de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos, movida por critérios obscuros de favorecimento a determinadas empresas particulares.

É desta maneira, pois, que o presidente põe mãos à obra. Não para recuperar um mínimo de grandeza histórica e de confiabilidade política, depois dos equívocos e omissões de todo o seu governo, mas para um triste e derradeiro exercício de provincianismo, de concentração pertinaz em minúcias regionais, de contabilidade fisiológica e de distribuição inaceitável de privilégios e favores a empresários diletos do Planalto. Não mais devido à tutela partidária, mas de moto próprio, o presidente Sarney ainda uma vez renuncia ao papel que, pelas responsabilidades do seu cargo, pela dramática situação econômica do país e pelas exigências da opinião pública, esperava-se que cumprisse. Parece ter definitivamente escolhido deixar, para o julgamento da história, o retrato acabado de um governo sem projetos, sem iniciativas, sem austeridade, sem relevância e sem sentido.